



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Canal do Produtor

Data: 31/05/2012

Link: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: País briga para derrubar entraves a exportação

País briga para derrubar entraves a exportação

O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de carne bovina. No ano passado, comercializou 1,1 milhão de toneladas, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). O comércio rendeu US\$ 5,4 bilhões. Poderia ser muito mais. A participação brasileira no mercado internacional é de 26,1%, segundo levantamento realizado pela Ícone para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Motivo: o Brasil não vende um grama de carne in natura a grandes consumidores, como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, os nobres – e de valor mais altos. Para outros nem alcança as cotas às quais tem direito. É o caso da União Européia. Isso acontece porque o país não consegue transpor barreiras de todos os tipos que atravancam os negócios. E os especialistas apontam para o que pode ser um futuro entrave ao comércio europeu: o bem-estar animal.

O protecionismo aparece disfarçado sob a forma de cotas, exigências sanitárias e/ou técnicas. “O Brasil não tem acesso a 55% do comércio internacional de carnes”, diz Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “A União Européia e os Estados Unidos utilizam barreiras sanitárias para justificar barreiras comerciais impostas a carne brasileira”, reforça Antônio Camarderlli, presidente da Abiec. Mesmo assim, a alternativa de “partir para abrigo” é encarada com restrições. “Antes, precisamos esgotar todas as formas de negociação”, afirma o executivo.

A cautela tem fundamento. Superar os obstáculos exigem persistência. Isso porque questionar as barreiras e derrubá-las no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) é um processo longo, caro e de resultados duvidosos. Basta lembrar a disputa que o Brasil travou contra os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos produtores de algodão. Depois de sete anos, o país ganhou a disputa. /no fim, a OMC autorizou uma retaliação de US\$ 830 milhões – leia-se o direito de elevar tarifas de importação de produtos americanos.

Os dois países fecharam um acordo para evitar a retaliação até este ano, quando deve ser votada a nova Farm Bill, a lei agrícola americana, mas as propostas das organizações representativas dos produtores aumentam os subsídios em vez de diminuí-los. O governo brasileiro notificou o Congresso dos Estados Unidos, sinalizando que não ficará de braços cruzados, caso isso aconteça.

Um dos itens do acordo é a derrubada de barreiras sanitárias para a compra de carne in natura brasileira. Em 2011, os Estados Unidos concordaram em examinar a liberação sanitária do produto oriundo de 14 estados brasileiros livres de aftosa sem vacinação e se comprometeram a colocar a análise de risco em consulta pública até janeiro. Nada aconteceu. A febre aftosa é a principal justificativa para a barreira sanitária imposta à entrada de carne bovina in natura nos Estados Unidos, Coreia e Japão, entre outros. A alegação: o Brasil só poderá ser considerado livre da doença quando não precisar vacinar seus animais. Detalhe: estes países fazem parte da OMC e assinaram o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPC), que defende a reorganização. Ou seja, o país pode ter regiões com status diferenciado e tem o direito de exportar se puder comprovar a segurança sanitária dos produtos vendidos.

“A não aceitação da regionalização é, possivelmente, a mais evidente barreira sanitária imposta à carne bovina”, afirma Sílvia Helena Galvão Miranda, professora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), e pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

“O princípio é aceito e aplicado pela União Européia, que permite ao Brasil exportar carne in natura para os 27 países do bloco, embora imponha cotas e uma montanha de exigências que, na prática, restringem os negócios.” É impossível mensurar os prejuízos pelo fato de os compradores não aceitarem o status brasileiro.

Fonte: Valor Economico